

**DIA 14/10/2016, EM VITÓRIA, REUNIÃO DAS TRÊS FEDERAÇÕES COM
SINDICATOS DO SUDESTE PARA TRATAR DE PLANO DE LUTA DOS
PORTUÁRIOS**

COMUNICADO CONJUNTO - 06 DE OUTUBRO DE 2016

Companheiros presidentes,

As três federações informam que participaram 256 sindicalistas (sendo, na maioria, trabalhadores de base) nas reuniões de Porto Alegre, em 31/08 (com a presença dos sindicatos de Rio Grande, Pelotas e P. Alegre), de Itajaí em 02/09 (sindicatos de Paranaguá, Antonina, São Francisco, Itajaí e Imbituba) e de Salvador em 06/10/2015 (Sindicatos do Ceará, Rio Grande do Norte, Recife e Suape, Maceió, Salvador, Aratu - também participaram os sindicatos dos Estivadores e dos Conferentes de Paranaguá). Em Porto Alegre estiveram presentes 58 trabalhadores e em Itajaí, 198 e 63 em Salvador.

Nesses três importantes eventos ficou aprovado um PLANO DE LUTA, depois de muitas discussões e avaliações sobre os temas/preocupações a seguir resumidos.

1. Primeiramente que, com a cassação do mandato da presidenta Dilma, como desejavam e já esperavam principalmente as entidades empresárias do setor (FENOP, ABTP, ATP, ABTRA), vai ser facilitada a apreciação da pauta empresarial. Até porque a atual composição das forças políticas tanto no governo Temer como no Congresso Nacional é preponderantemente favorável aos empresários. E estes continuam defendendo referida pauta consubstanciada na alteração da Lei nº 12.815/13. Querem revogar a exclusividade (para manter a prioridade da Convenção 137); para poderem negociar com sindicatos de fora do porto, querem acabar com nossa condição de categoria profissional diferenciada; pretendem abolir a negociação prévia para a multifuncionalidade (para que o OGMO tenha o poder obrigá-la); querem a volta do cancelamento da inscrição no OGMO por aposentadoria do TPA; querem acabar com a proibição de terceirização do trabalho do TPA; não aceitam a obrigação de negociação prévia para contratação com vínculo; querem acabar com qualquer possibilidade que obrigue a negociação dos TUPs com os nossos sindicatos. Além disso, pretendem esses empresários seja incluída na lei dos portos a chamada "isonomia" entre os terminais arrendados (que estão dentro do porto organizado) com os TUPs (localizados fora do porto organizado), cujo objetivo é tornar facultativo o uso de trabalhadores do OGMO em qualquer operação portuária (dentro e fora do porto público).

2.Foi ponderado, também, que as alterações de poligonais já consumadas e outras em andamento têm por objetivo reduzir a área dos portos públicos (uma nova forma de privatização), para possibilitar a criação de mais TUPs, reduzindo, conseqüentemente, o espaço de trabalho dos TPAs inscritos no OGMO, além de trazer desemprego aos funcionários das administrações portuárias.

3.Avaliou-se que, entre as ameaças de mudanças na Previdência Social, será apresentada uma proposta de alteração de idade mínima para 65 a ambos, homens e mulheres, podendo chegar a 70 anos.

4.Que o governo Temer vem declarando que vai “privatizar tudo o que for privatizável” e aí inclui-se as administrações portuárias.

5.Que será de imediato concluída a votação (no Senado) da terceirização (já aprovada na Câmara) que poderá ser estendida ao trabalho operacional portuário e à Guarda Portuária.

6.Que a substituição do negociado pelo legislado (ideia do governo Temer), será outra armadilha para colocar os trabalhadores como reféns, sujeitando-os - nas negociações coletivas - a abrir mão de direitos positivados em troca de mercado de trabalho. Aliás, tal ameaça já vem ocorrendo precipitadamente nos portos quando operadores e terminais vêm insistindo em incluir cláusula, em instrumento coletivo, que substitui a “exclusividade” (prevista na lei dos portos) por “prioridade”, para contratação com vínculo.

7.Ponderou-se que continua havendo desinteresse do governo com relação à recuperação da Portus-Instituto de Seguridade Social dos Portuários.

8.E, ainda, entendeu-se que os trabalhadores do porto devem resistir contra o risco de retirada de direitos dos trabalhadores em geral, diante da ideia do governo em alterar da CLT.

Assim sendo, por unanimidade, foi aprovado pelos sindicatos da Região Sul e da Região Nordeste o indicativo (a ser apreciado nas demais reuniões regionais) de paralisação inicial por 24 horas, em data a ser indicada pelas federações,

Por outro lado, as federações também estão dando conhecimento aos sindicatos das regiões sudeste sobre o agendamento da próxima reunião: **DIA 14/10/2016, EM VITÓRIA (ES)**

Brevemente serão enviadas informações com relação às reuniões da Região Norte.